

INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM AUTISMO: DESAFIOS PARA O (A) PSICÓLOGO (A)

ESCOLAR

Adriana Nunes da Cruz

Faculdade Católica Dom Orione

dricanunes21@hotmail.com

Gilson Gomes Coelho

Faculdade Católica Dom Orione, Araguaína, TO, Brasil

gilsonpsico@gmail.com

RESUMO

Inclusão é fazer parte de um determinado grupo, já o autismo é um transtorno que compromete várias áreas do desenvolvimento social e cognitivo do indivíduo. A escola pode ser considerada como um espaço que preza pelo conhecimento onde seu principal propósito é a formação de cidadãos sociais. A psicologia escolar passou por uma série de transformações até ganhar espaço social e conseguir se consolidar como um campo de atuação no Brasil. Diante disso, emergiu uma luta de classe pela inclusão de crianças autistas na escola regular de ensino, as leis regentes foram a mola propulsora que deram vez e voz para tal fenômeno. Essa investigação trata-se de uma revisão integrativa de literatura cujo objetivo é investigar quais são as dificuldades que o psicólogo encontra para incluir crianças autistas na escola regular de ensino. Esse estudo foi realizado através de levantamentos de textos nos periódicos de dados do *Scholar Google*, *PepSico* e *SciELO*, foram selecionados 18 estudos na qual embasaram dois eixos, sendo eles: barreiras que impedem a inclusão de alunos com autismo e enfrentamentos do Psicólogo escolar frente à inclusão. Os dados investigados evidenciaram que ainda existem uma série de fatores que dificultam a entrada, permanência e inclusão de crianças autistas nas escolas regular de ensino, sendo uma parcela desses problemas o modelo na qual a escola foi pensada; os estigmas sociais sobre o autismo, barreiras arquitetônicas, psicológicas e atitudinais, assim como a falta de capacitação profissional para lidar com o “diferente”. Quanto ao trabalho do psicólogo escolar foi possível constatar que esse profissional ainda busca por uma cristalização do seu campo de atuação dentro das escolas e enfrenta estigmas voltados para a medicalização de suas práticas.

Palavras-chave: Psicologia. Escola. Autismo.

SCHOOL INCLUSION OF THE STUDENT WITH AUTISM: CHALLENGES FOR THE SCHOOL

PSYCHOLOGIST

ABSTRACT

Inclusion is being part of a certain group, whereas autism is a disorder that compromises several areas of the individual's social and cognitive development. The school can be considered as a space that values knowledge where its main purpose is the formation of social citizens. School psychology underwent a series of transformations until it gained social space and managed to consolidate itself as a field of action in Brazil. In view of this, a class struggle emerged for the inclusion of autistic children in the regular school of education, the governing laws were the driving force that gave time and voice to this phenomenon. This investigation is an integrative literature review whose objective is to investigate what are the difficulties that the psychologist finds to include autistic children in the regular school of education. This study was carried out through surveys of texts in the Scholar Google data journals, PepSico and Scielo, 18 studies were selected on which two axes were based, namely: barriers that prevent the inclusion of students with autism and confrontations of the school psychologist in the face of inclusion. The data investigated showed that there are still a number of factors that make it difficult for autistic children to enter, stay and include in regular schools, a portion of these problems being the model in which the school was designed; social stigmas about autism, architectural, psychological and attitudinal barriers, as well as the lack of professional training to deal with the "different". As for the work of the school psychologist, it was possible to verify that this professional is still looking for a crystallization of their field of action within the schools and faces stigmas aimed at the medicalization of their practices.

Keywords: Psychology. School. Autism

Recebido em: 03/05/2022.

Aceito em: 04/10/2022.

INTRODUÇÃO

A escola faz parte de um sistema de ensino que foi revolucionado através do fenômeno da inclusão. Mendes (2017, p.61) em conformidade com os dicionários de língua portuguesa incita que o termo "inclusão" adquire significados como "ato ou efeito de incluir, o que significa pôr ou estar dentro, inserir ou fazer parte de um grupo; abranger, compreender, conter ou ainda envolver, implicar".

Em suma, escola adquire caráter de extrema relevância, justamente por trabalhar com as potencialidades dos alunos sem desconsiderar suas diferenças socioculturais na aquisição do conhecimento (MARQUES, 2001). Devido a esse fator, considera-se que as escolas têm por obrigação de promover a inclusão escolar para isso, Mantoan (2003), faz alusão ressaltando que a inclusão é uma oportunidade que o sistema escolar tem de mudar a realidade atribuída aos métodos ensino.

Levando em consideração que a escola é um local onde existe uma diversidade de diferenças, nesse contexto é elementar ressaltar a inclusão de crianças autistas. O autismo de

acordo com a APA (*American Psychiatric Association - DSM V, 2014*) é caracterizado por uma ampla gama de déficits que persistem na vida do indivíduo e comprometem áreas da comunicação, interação e reciprocidade social podendo se generalizar para vários contextos, compromete também habilidades de manter, desenvolver e compreender relacionamentos visto que para o diagnóstico do mesmo é preciso haver presença de padrões restritos e repetitivos de comportamentos ou em atividades.

Falar sobre autismo e educação inclusiva no cenário brasileiro é uma tarefa árdua e de suma responsabilidade, por isso que Oliveira, Zutião e Mahl, (2020) salientam que isso ocorre devido as várias concepções e mitos que existem em nossa cultura acerca de tal tema, o que conseqüentemente corrobora para práticas segregadoras de alunos que durante a fase de escolarização apresentam um ritmo de aprendizagem diferente dos demais. Leite e Martins (2018), abordam que no ambiente escolar é comum encontrar barreiras atitudinais, estas que por sua vez dificultam os processos de práticas inclusivas, principalmente para crianças autistas. Tavares (2012), define barreiras atitudinais como empecilhos que são gerados, mantidos e fortalecidos por meio das ações sociais sendo que este envolve omissões que foram produzidas no decorrer da história humana e deterioram a imagem da pessoa com deficiência ou em estado de vulnerabilidade pois trata-se de afetos e crenças sobre as mesmas o que resulta em desrespeito, limitação e incapacitação do exercício como cidadãos sociais.

Para Antunes (2008), o que mantém a escola são as demandas produzidas pela sociedade, tal esta que foi um fator crucial para o surgimento da Psicologia escolar, visto que desde o período colonial já havia uma preocupação com a educação e o fenômeno psicológico. Em uma perspectiva histórica, a psicologia escolar consolidou-se como um modelo determinante de diagnóstico, Valle (2003) corrobora ressaltando que a atuação do psicólogo seguia o modelo psicométrico predominante na época e esse voltava-se exclusivamente para um modelo remediativo com foco somente no sujeito, sendo descartado todo o contexto na qual o mesmo estava inserido a autora ainda reforça que o psicólogo era vetado de interferir em qualquer decisão que não competia a sua atuação na escola, esses fatores contribuíram para a necessidade de se preocupar e valorizar os processos de aprendizagem priorizando uma atuação mais generalizada e indireta, de modo que programas de treinos para alunos com dificuldades e preparação de professores fossem vistos como prioridades (VALLE, 2003).

O psicólogo escolar dispõe de dois modelos de atuação, sendo eles o modelo tradicional e o emergente, Martínez (2010) classifica a forma de atuação tradicional como um subproduto do modelo clínico advindo das origens da psicologia escolar, grosso modo é um modelo centrado em avaliação, diagnóstico, atendimento e orientações de pais, alunos, professores, orientação profissional e sexual. Já a atuação emergente leva em consideração a caracterização da escola como instituição de ensino e aprendizagem que abrange todo o sistema escolar e o entrelaçamento de subjetividade individual e social, assim como todos os processos que são realizados de forma conjunta por todos os profissionais que fazem parte da escolar.

A (o) psicóloga (o), no contexto educativo, ao conhecer as múltiplas determinações da atividade educacional, pode focar mais adequadamente determinadas áreas de intervenção e desenvolver um trabalho envolvendo toda a comunidade escolar - professores, pais, funcionários, estudantes. Qualquer trabalho realizado com um desses segmentos deve ter como princípio a coletividade, visando o bem de todos e todas (CFP, 2013, p.54).

As posturas menos individualizantes do psicólogo em levar em consideração o homem como um ser que está inserido em um meio social e cultural proporcionam suporte profissional para toda comunidade escolar, visto que este tem um olhar biopsicossocial do indivíduo. Por essa razão, a finalidade dessa investigação é gerar conhecimentos científicos para a comunidade em geral sobre a inclusão de crianças autistas nas escolas regular de ensino, assim como a importância da psicologia no contexto escolar. Para isso, esse estudo se constitui como uma revisão integrativa de literatura, sendo está estruturada por meio de estudos que abordaram a problemática aqui ressaltada, através desta revisão objetiva-se investigar se realmente há um processo de inclusão amplo e eficaz para crianças autistas na escola e que tipo de enfrentamento o psicólogo escolar encontra em relação a essa questão.

ESCOLA, AUTISMO E DIRETRIZES INCLUSIVAS

Para Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), os marcos políticos institucionalizados foram a mola propulsora para as vastas mudanças ocorridas dentro do sistema educacional, entre estes estão a Constituição da República Federativa do Brasil (1988); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394,1996); a Convenção Internacional dos Direitos da

Pessoa com Deficiência (2006); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015).

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) apresenta em seu art. 205º que é dever do estado e da família promover e incentivar a educação e cabe a sociedade reforçar essa prática para que haja desenvolvimento e preparo das pessoas para o exercício da cidadania e para qualificação de trabalho, o art. 226º inciso I ressalta que deve haver condições de acessos iguais para o ensino e a permanência na escola (BRASIL, 1988). Para a construção do papel educativo, a escola necessita de uma organização de acordo com as demandas dos alunos (VEIGA, 2013). A realidade escolar é dinâmica por isso é de extrema importância que haja o Projeto Político-Pedagógico (PPP) sendo este, os planos de atividades diversas (VEIGA, 2013). Ropoli (2010) afirma que o PPP influencia diretamente nos processos de ensino e aprendizagem assim como nas decisões da escola. O PPP é um compromisso com a comunidade em geral e está devidamente explícito na - Lei Nº. 9.394/96 art. 12º onde atribui a escola a obrigação de "[...] elaborar e executar sua proposta pedagógica" (BRASIL, 1996, p. 5).

Para o autismo, a escola atua como um agente de estimulação do meio que amplia o contexto de interações sociais e corrobora para o desenvolvimento (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020). Nessa perspectiva Benitez e Domeniconi (2015) ressaltam que a agência educacional tem por obrigação de proporcionar condições de ensino favoráveis. Os documentos normativos que garantem o acesso à educação e permanência de autistas na escola regular de ensino propuseram a ascensão de práticas inclusivas nos espaços educacionais brasileiros, a Declaração de Salamanca de 1994 impactou diretamente nas políticas de educação no Brasil para a mesma, é obrigação da escola receber todas as crianças independente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística entre outras, cabe também a escola incluir deficientes, crianças de rua, minorias e crianças de grupos que não tem vantagens sociais ou marginalizadas, sendo estes fatores responsáveis pelos diferentes desafios no sistema escolar (BRASIL, 1994).

Como destaca Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), a estruturação do ensino-aprendizagem para alunos que são do ensino especializado envolve uma ampla gama de reflexões, visto que é necessário estabelecer uma nova perspectiva que envolve direitos humanos e discussões necessárias para que haja efetivação de práticas inclusivas e ensino-

aprendizagem bem estabelecidos dentro do espaço educacional. “Quando os comportamentos desses agentes são congruentes e interdependentes no ambiente escolar, aumentam-se as possibilidades de aprendizagem, além de serem mantidos e propagados com o tempo” (BENITEZ; DOMENICONI, 2015 p. 1010).

O art. 26º da Declaração Universal do Direitos Humanos diz que toda pessoa tem direito a educação e essa deve ser gratuita (ONU, 1948). Para Griboski et al., (2008) os direitos humanos reformulou o significado de “cidadania” considerando as diferenças dos sujeitos, Pena (s.d), ressalta que o conceito de cidadania pode ser entendido como um conjunto de direitos e deveres que são exercidos por um sujeito no contexto social no que tange a apropriação do seu espaço no meio social. Nesse sentido, a educação especial ganhou novos significados, o art. 4º inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) incita que o estado tem obrigação de garantir atendimento educacional especializado em forma de gratuita para portadores de deficiência, portadores de transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 1996).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um programa proveniente da educação especial que identifica, elabora e organiza os recursos pedagógicos que dão acessibilidade e eliminam as barreiras para que haja assiduidade dos alunos na escola, sendo que neste processo as necessidades específicas dos alunos são consideradas (BRASIL, 2008). O AEE tem como principal propósito promover a autonomia do aluno dentro e fora da escola, sendo este ofertado de maneira gratuita e preferencialmente nas escolas consideradas como

“comuns” em salas denominadas como “sala de recursos multifuncionais” (ROPOLI et al., 2010).

A escola é uma agência de formação educacional de extrema importância, por isso é de responsabilidade da mesma trabalhar com o desenvolvimento de políticas de conscientização sobre as necessidades de pessoas com deficiência com foco no direito, respeito de dignidade de tais pessoas (BRASIL, 2015). Poersch (2020) implementa que é necessário que haja a despatologização do autismo, visto que isso se torna um grande passo para a superação das barreiras atitudinais no imaginário social. Nas palavras de Melo, Lima e Cardoso (2019) a escola deve incentivar os alunos a respeitar as diferenças, e em relação a educação esta tem por obrigação de ser inclusiva de modo que proporcione igualdade e elimine quaisquer formas de discriminação rompendo as práticas segregadoras que as barreiras atitudinais proporcionam. Os preceitos políticos-filosóficos corroboram para um novo caminho das políticas educacionais como forma de assegurar as diversidades encontradas durante os processos educativos, sendo estes de extrema importância para mudar o sistema escolar (BRASIL, 2001).

METODOLOGIA

Este estudo designa-se como uma revisão integrativa de literatura que tem como foco a inclusão escolar de crianças autistas e os desafios que o psicólogo escolar encontra para que esta seja realizada, objetiva-se com esse estudo proporcionar conhecimento científico. A revisão integrativa de literatura segundo Ercole, Melo e Alcoforado (2014), é um método abrangente que consegue reunir os resultados de pesquisas de forma sistemática, esse tipo de revisão proporciona ao pesquisador informações mais amplas sobre um determinado assunto gerando assim um campo de conhecimento.

A abordagem dessa investigação é a qualitativa, e segundo Silva (2010) a perspectiva qualitativa é voltada para o trabalho com valores, crenças, atitudes e opiniões, problematizando os processos observáveis e intervindo através da atribuição dos significados aos comportamentos. Nas palavras de Silva (2010) essa abordagem de pesquisa é a mais utilizada pela psicologia porque atribui sentidos e significados aos relatos do pesquisador, este que torna seu objeto de estudo mais dinâmico.

Para a realização desse estudo foram incluídos materiais científicos investigativos acerca da problemática aqui ressaltada e que estavam de acordo com a data da busca entre ano de 2011 a 2021, os estudos encontrados foram selecionados pelos títulos e posteriormente pela leitura dos resumos que abordam a problemática deste, estabelecendo os critérios de inclusão, e estiveram excluídos estudos que abordassem temáticas diferentes ou que não estabeleciam os objetivos esperados.

A bibliografia que embasa este estudo ocorreu por meio de levantamentos de textos em periódicos, pela base de dados do *Scholar Google*, *PepsiCo* e *Scielo*. Os achados foram selecionados de acordo com as combinações de palavras chave como “autismo”, “inclusão escolar”, “psicologia escolar” e “dificuldades de inclusão”. Após as buscas, foram selecionados 18 estudos como parte de uma amostra para serem analisados, tais estes que estão organizados na tabela a seguir, após a execução dos procedimentos que aqui foram descritos iniciou-se a interpretação dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das combinações de palavras-chave nas bases de dados selecionadas, e de acordo com os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 19 estudos sendo 18 artigos e uma monografia, tais estes que trouxeram importantes considerações sobre os processos de inclusão de crianças com autismo em escola regular de ensino, os achados evidenciaram que os problemas relacionados a inclusão escolar estão além das barreiras arquitetônicas da escola, quanto ao papel do psicólogo os achados evidenciaram que esse profissional ainda busca por uma cristalização quanto ao seu campo de atuação dentro das escolas.

As amostras supracitadas estão organizadas no quadro a seguir, sendo este formado pelos nomes dos autores, ano de publicação e título do estudo, a discussão dos resultados está estabelecida em dois temas, sendo estes: Barreiras que impedem a inclusão de alunos com autismo; Enfrentamentos do Psicólogo escolar frente à inclusão.

Quadro 1: Tabela referente aos estudos analisados

AUTORES	ANO	TÍTULO
DE MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique.	2011	Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves.	2015	Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora.
GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz	2014	Organização do Espaço e do Tempo na Inclusão de Sujeitos com Autismo.
BARBOSA, Marily Oliveira.	2018	O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação.
DE PAULA NUNES, Debora Regina; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlos.	2013	Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.
TEIXEIRA, Maira Cristina Souza; GANDA, Danielle Ribeiro	2019	Inclusão e autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil.
FREITAS, Sanary Dias; SOUZA, Pedro Ramon Pinheiro	2021	Educação inclusiva de crianças autistas na rede pública de ensino regular
SCHMIDT, Carlo et al.	2016	Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas.
GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de	2011	Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias
ARRUDA, Jalsi Tacon et al.	2018	Educação de pessoas que apresentam transtorno do espectro autista: perspectivas da inclusão.
FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston.	2018	Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores.
DE MEDEIROS, Lucilaide Galdino; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz.	2011	Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: Concepções e práticas.
MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo.	2014	O psicólogo na escola: um trabalho invisível?
OLIVEIRA, Gabriel Gonçalves; VELOSO, Lérica Maria Mendes.	2017	Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional.

SANTOS, Fábila de Oliveira; TOASSA, Gisele	2015	A formação de psicólogos escolares no Brasil: uma revisão bibliográfica.
BENTES et al.,	2016	A família no processo de inclusão social da criança e adolescente com autismo: Desafios na sociedade contemporânea.
FERREIRA, Eliete Lira Nobre; TIMOTEO, Emília Inácio BEZERRA, Martha Maria.	2016	Inclusão: Percepção dos professores
ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; MARTINS, Edna; MAZZOLINI, Beatriz Pinheiro Machado.	2011	Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos.
DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier.	2014	Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores (2022).

Barreiras que impedem a inclusão de alunos com autismo

Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), em consonância com Freitas e Souza (2021), abordam que as discussões em torno da inclusão de pessoas com deficiência na escola regular foram a mola propulsora para romper as tendências fragmentadoras que reforçavam a exclusão e abandono dessas pessoas, as salas de aula especiais deram lugar a sala comum na escola regular, devendo todos os alunos frequentar as mesmas salas.

A partir do momento que uma pessoa com deficiência adentra dentro do ambiente escolar a mesma consegue desenvolver uma ampla gama de novas aprendizagens e comportamentos, por isso é de suma importância que o aluno com autismo faça parte desse ambiente, visto que as diversidades encontradas no contexto escolar fazem com que as relações se tornem concretas e as crianças aprendam valores como respeito e cooperação. Entretanto, a escola por sua vez, precisa se adequar as necessidades dos alunos pois a grosso modo é nesse meio sociocultural que acontece a constituição do sujeito, sendo as experiências socializadoras um aspecto fundamental para o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (DE MATTOS; NUERNBERG, 2011; DE PAULA NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2013; TEIXEIRA; GANDA, 2019).

Todavia, autores como Gomes e Souza (2011), bem como Barbosa (2018), salientam que mesmo que haja matrícula de estudantes com necessidades especiais isso não pode ser considerado como inclusão, pois essa última não se relaciona apenas em receber o aluno nas dependências da escola, tem que haver aprendizagem, e permanência do aluno na instituição. Além de tudo Gomes e Souza (2011) ainda ressaltam que existe um sistema de ilusão e fantasia que são reproduzidos pelos posicionamentos dos representantes políticos ao afirmarem que a matrícula dos alunos com deficiência em escolas “normais” são um indicador de inclusão, tal aspecto se torna fantasioso enquanto ainda existe um alto índice de evasão e repetência e ilusório enquanto os indicadores de inclusão desconsideram fatores como a precariedade do ensino, falta de materiais, qualificação de professores, clima e gestão escolar, tais aspectos que são de extrema relevância para que o ensino seja efetivo.

A escola precisa estar preparada tanto na parte estrutural e pedagógica para receber crianças com necessidades especiais (TEIXEIRA GANDA, 2019). A instituição tem por obrigação de adaptar antes de incluir, sendo adaptação um aspecto de extrema relevância para a criança com autismo visto que esse proporciona a criança uma maneira de conseguir de situar no tempo e espaço e ter consciência do que está acontecendo ao seu redor (GIACONI; RODRIGUES, 2014). Porém a falta de estruturação física das escolas considera-se como uma das primeiras barreiras que dificultam a permanência dos alunos com autismo na instituição de ensino regular, tais déficits estruturais desconsideram os fatores subjetivos dos sujeitos, Giaconi e Rodrigues (2014) abordam que as condições desadaptativas geram sofrimentos em crianças autistas, pois os mesmos possuem características cognitivas, emocionais e perceptivas fragilizadas devido ao espectro.

A aceitação do aluno por parte do professor é um aspecto que deve ser levado em consideração, pois na sala de aula o professor assume um papel de suma importância, é este que está em contato direto com os alunos e grande parte de suas atitudes e percepções podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem, quando não ocorre esse processo o aluno tende a ser deixado de lado, para Sanini e Bosa (2015) bem como Schmidt et al., (2016) as concepções dos professores sofrem influências de sua formação, de políticas de inclusão e até mesmo da concepção de autismo e de deficiência, as suas crenças influenciam diretamente no tipo de conduta que este profissional venha a ter.

Bentes et al., (2016) chama atenção, ressaltando que os desafios são bem complexos pois envolvem particularidades e singularidades de crianças e adolescentes que possuem suas limitações e é preciso respeitar as mesmas sem deixar de incluí-los, por esse motivo que se faz necessários profissionais especializados. Ferreira, Timóteo e Bezerra (2016) colocam o professor como peça central das práticas inclusivas e ressaltam que é preciso haver princípios éticos e políticos pois não se trata apenas de transmissão de conhecimentos, mas sim da forma que este lida com as aprendizagens. Diante dos pressupostos é possível sim, que os professores tenham ideias errôneas sobre a educação de crianças autistas, pois socialmente falando as barreiras atitudinais ainda se constituem como um elo de empecilho para práticas inclusivas

Segundo Arruda et al., (2018) as necessidades educacionais dos alunos com autismo quando são atendidas promovem sucesso no ensino e aprendizagem, porém há dificuldades de inclusão nas práticas pedagógicas que faz com que os mesmos não sejam incluídos, para Schmidt et al., (2016) o sentimento de frustração dos professores por não conseguirem lidar com os comportamentos dos alunos com autismo corroboram para tal fato, a disponibilidade emocional, a falta de formação dos professores e as dificuldades de planejamento e avaliação da aprendizagem apropriada para cada fase escolar constituem como um grande entrave “segregativo. Para Oliveira e Veloso (2017 p.75) “O grande desafio, nesse sentido, é garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos que apresentam especificidades sensoriais, cognitivas, físicas e psíquicas no sistema regular de ensino.”

É sabido dizer que existem os efeitos da exclusão social e escolar, crianças com autismo enfrentam diversas dificuldades para serem inclusas dentro do contexto social ou em lugares que permeiam relações sociais, observa-se que isso é resultado das vastas representações que as mesmas recebem a partir do momento em que a sociedade julga o conceito de “deficiência” como algo que é “incapacitado” ou “toda deficiência é visível” como aponta Bentes et al., (2016) a maior barreira vem da sociedade, pois há uma vastidão de preceitos sobre a inexistência de traços físicos que determinam o autismo o que caracteriza como um reforço para a exclusão social dos mesmo, por isso que é levado em consideração que o primeiro passo para inclusão deve partir da escola, visto que esta é um espaço que tem a capacidade de transmitir valores de inclusão social, a sociedade precisa estar preparada para lidar com as diferenças humanas e cabe a está a responsabilidade de compreensão das

dificuldades do autismo assim como permitir a inclusão destes no âmbito social (BENTES et al., 2016).

Enfrentamentos do Psicólogo escolar frente à inclusão

Asbahr, Martins e Mazzolini, (2011) incitam que nos últimos anos a área da psicologia escolar conseguiu se expandir dentro das redes de ensino, o desenvolvimento desse campo de atuação gerou debates e reflexões acerca das contribuições que a supracitada proporciona para educação (DE MEDEIROS; AQUINO, 2011). Considera-se a escola como um lugar que gera para o psicólogo reflexões e medidas interventivas acerca dos processos educativos (DE MEDEIROS; AQUINO, 2011). Entretanto, no que tange aos processos de inclusão o psicólogo por sua vez enfrenta vários entraves, Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) ressaltam que o surgimento da escola inclusiva e sala de aula inclusiva trouxeram vários desafios para os psicólogos e fez com que os mesmos redirecionassem suas práticas para atender as demandas exigidas pelo contexto escolar.

Gomes e Sousa, (2011) chamam atenção para os desafios dos psicólogos escolares abordando que os mesmos são concretos, assim como os problemas que permeiam as escolas brasileiras, os autores ainda salientam que é preciso romper as tendências fragmentadoras que assolam as escolas no país, é preciso suprir a extrema necessidade da formação política e ideológica para que a formação crítica profissional seja embasada na realidade brasileira. Há vários déficits que dificultam o trabalho do psicólogo escolar frente a inclusão, e por mais que nesse campo de atuação a psicologia tenha conseguido se ressignificar com o passar do tempo, dentro da escola ainda existe uma construção ideológica de que o trabalho do psicólogo se restringe somente aos consultórios, Gomes e Sousa (2011) bem como Moreira e Guzzo, (2014) afirmam que essa perspectiva advém da postura política da psicologia hegemônica, pois não há um esclarecimento entre teoria e prática através das ações dentro da escola.

O trabalho do psicólogo escolar tem por obrigação de fornecer um olhar psicológico sobre as relações que acontecem dentro da escola, assim como melhorar na qualidade dos processos educativos (SANTOS; TOASSA, 2015), esse profissional tem que colaborar com as ações coletivas de acordo com a realidade das escolas (MOREIRA; GUZZO, 2014). Porém o ranço hegemônico faz com que dentro das escolas as práticas psicológicas sejam voltadas para

sofrimentos individuais (MOREIRA; GUZZO, 2014), o que a grosso modo dificulta para esse profissional viabilizar práticas inclusivas que beneficie toda comunidade escolar.

É viável salientar que as escolas por sua vez, esperam que o psicólogo cure as lacunas de políticas públicas que não asseguram as funções do seu trabalho dentro da escola, sendo a ausência dessas políticas um fator que promove e reforça a resistência da equipe multiprofissional da escola no que tange a promoção de propostas efetivas que facilitam processos inclusivos. Para esse profissional tanto o cotidiano escolar quanto as ações que acontecem nesse meio, são objetos de estudos e precisam ser levados em consideração, todavia é comum que essa característica peculiar do seu trabalho seja desconsiderada, confundida ou barrada e essas dificuldades acabam por invisibilizar seu trabalho dentro da escola (MOREIRA; GUZZO, 2014).

Cassins et al., (2007); Gaspar e Costa (2011 *apud* Dias, Patias e Abaid 2014), ressaltam que dentro da escola grande parte dos psicólogos exercem seu trabalho de maneira equivocada, sendo esse equívoco a realização de um modelo clínico. Segundo os mesmos autores, essa forma de atuação faz com que os problemas escolares sejam patologizados e refletidos tanto no aluno quanto na família tendo como consequência a não compreensão do real trabalho do psicólogo dentro da escola por parte da equipe multiprofissional. Por isso, de acordo com essas perspectivas é de suma importância que o estudante de psicologia no período de graduação consiga se inserir dentro de uma instituição escolar como forma estratégica de criar possibilidades do futuro psicólogo saber lidar com situações que estão além da relação aluno e psicólogo (ASBAHR; MARTINS; MAZZOLINI, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a problematização do tema exposto nessa investigação, foi possível identificar que na medida que o tempo passou a escola também se modificou desde suas raízes até os dias atuais, sendo essa mudança um aspecto de suma importância, que obteve como centralidade discursos para uma sociedade inclusiva. As leis institucionalizadas a partir da Constituição Federal de 1988 consolidaram políticas públicas para inclusão escolar de crianças autistas na rede regular de ensino, e deram maior ênfase e visibilidade para essa luta de classe.

Todavia, durante a realização desse estudo também foi possível observar que embora haja uma modificação da escola do passado para a escola do século XXI, no que tange as

práticas inclusivas ainda existem vários estigmas sociais homogeneizantes que inferiorizam a capacidade de pessoas autistas de se inserirem em uma escola regular de ensino, sendo estes patologizados devido ao espectro.

No processo de levantamento de textos, leituras e realização dessa investigação observou-se que grande parte dos achados eram direcionados para “professores”; “diretores” e “escola” como uma instituição organizacional, sendo escasso estudos investigativos que abordassem o aluno incluso como um ser subjetivo e singular, grosso modo é viável salientar que as práticas inclusivas são voltadas exatamente para a escola sendo o aluno apenas um coadjuvante.

No que tange ao papel da psicologia, a maioria dos estudos que elucidaram a problemática aqui ressaltada foram realizados pela pedagogia sendo está a pioneira de investigações científicas sobre inclusão escolar e autismo. É elementar ressaltar que essa área ainda é pouco investigada pela psicologia, por isso é necessário que esse campo teórico seja mais enriquecido com estudos realizados sob a perspectiva da psicologia como uma forma de expandir, produzir e reproduzir conhecimentos. Portanto, a realização desse estudo foi de grande relevância para adquirir conhecimentos técnicos-científicos e corroborar para a formação profissional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM – V. 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008.

ARRUDA, Jalsi Tacon et al. Educação de pessoas que apresentam transtorno do espectro autista: perspectivas da inclusão. **RENEFARA, Goiânia**, p. 39-49, 2018.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; MARTINS, Edna; MAZZOLINI, Beatriz Pinheiro Machado. Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos. **Psicologia em estudo**, v. 16, p. 157-163, 2011.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Inclusão escolar: o papel dos agentes educacionais brasileiros. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 1007-1023, 2015.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703000652014>

BENTES, Caroline Cássila Araújo et al. A família no processo de inclusão social da criança e adolescente com autismo: Desafios na sociedade contemporânea. **Intertem@ s Social ISSN 1983-4470**, v. 11, n. 11, 2016.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 248, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n. 1. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2022.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP. (2013). Recuperado em 08 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%AAncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>

DE MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 129-141, 2011.

DE MEDEIROS, Lucilaide Galdino; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: concepções e práticas. **Psicol. Argum**, v. 29, n. 65, p. 227-236, 2011.

DE PAULA NUNES, Debora Regina; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Psicologia**

Escolar e Educacional, v. 18, p. 105-111, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011>

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

FERREIRA, Eliete Lira Nobre; TIMOTEO, Emidia Inacio; BEZERRA, Martha Maria Macêdo. Inclusão: Percepção dos professores. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 10, n. 31, p. 154-162, 2016.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 427-440, 2018.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 427-440, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000300008>

FREITAS, Sanary Dias; SOUZA, Pedro Ramon Pinheiro. Educação inclusiva de crianças autistas na rede pública de ensino regular. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 65209-65227, 2021.

GIACONI, Catia; RODRIGUES, Maria Beatriz. Organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 687-705, 2014.

GOMES, Claudia et al. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. 2011.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini et al. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Inclusão: **Revista de Educação Especial**, Brasília (DF), edição especial, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

LEITE, Felipe; MARTINS, Claudete Da Silva Lima. Inclusão escolar: barreiras atitudinais enfrentadas na aprendizagem. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 1, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. Inclusão escolar: O que é. **Por quê**, p. 12, 2003.

MARQUES, Ramiro. **Professores, família e projeto educativo**. Coleção: Perspectivas actuais em educação. 2001.

MARTÍNEZ, Albertina. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em aberto**, v. 23, n. 83, 2010.

MELO, Jorge Nazareno Batista; LIMA, Jose Valdeni de; CARDOSO, Eduardo. Os desafios para a superação das barreiras atitudinais na educação escolar: estudo de caso com alunos de um colégio público. Perry, Gabriela Trindade; Cardoso, Eduardo; Kulpa, Cíntia Costa (Orgs.). **Informática na educação: recursos de acessibilidade da comunicação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 237-263, 2019

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**, p. 60-83, 2017.

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Gonçalves; VELOSO, Lérica Maria Mendes. Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. **Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte**, v. 2, n. 2, 2017.

OLIVEIRA, Patrícia; ZUTIÃO Patricia; MAHL Eliane. Transtornos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem: como atender na sala de aula comum. *In*: SEABRA, Magno Alexon Bezerra (org.) **Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos, 1.ed. metodológicos e educacionais** [recurso eletrônico] / [org.] Magno Alexon Bezerra Seabra. – 1.ed. – Curitiba, PR: Bagai, 2020. Recurso digital. doi.org/ 10.37008/978-65-87204-87-1.27.11.20

ONU.**Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/educacao_basica/educacao%20infantil/legislacao/declaracao_universal_de_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é cidadania?". Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

POERSCH, Lauren Azevedo. "**O essencial é invisível aos olhos e cativa o coração**": investigação sobre a superação de barreiras atitudinais no processo de ensino de estudantes com TEA na educação infantil. 232 f.: il. 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2020.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 51p.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 20, p. 173-183, 2015.

SANTOS, Fábila de Oliveira; TOASSA, Gisele. A formação de psicólogos escolares no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 279-288, 2015.

SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes. **O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa**. 2010.

TAVARES, Fabiana S.S. **Educação Não Inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE)**. 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

TEIXEIRA, Maira Cristina Souza; GANDA, Danielle Ribeiro. Inclusão E Autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 5, n. 2, p. 125-135, 2019.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. Psicologia escolar: um duplo desafio. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 1, p. 22-29, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Papirus Editora, 2013.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217841>.